



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Compras Governamentais

Termo de Credenciamento SEI-GDF - SEPLAG/SCG

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 02/2018 - SEPLAG

Processo SEI n.º 00410-00011663/2018-74

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominado **COMITENTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no art. 1º do Decreto nº 37.165, de 08 de março de 2016, no uso das atribuições previstas no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, **ADRIANO DE SOUZA CARDOSO**, inscrito no CPF nº 699.776.071-68 e portador da cédula de identidade nº 1.864.546 SSP/DF, inscrito na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 33, estabelecido no SMPW Quadra 03, Conjunto 01, Lote 02, CEP nº 71.735-301, Park Way, Brasília-DF, doravante denominado **LEILOEIRO CREDENCIADO**, resolvem celebrar, com fundamento nos autos do Processo SEI nº 00410-00011663/2018-74 e 0410-000455/2013, o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Termo obedece aos termos do Edital n.º 01/2013-SULIC/SEPLAG (6499062, fls. 135 a 167 e 178 a 179 - processo 0410-000455/2013), da Lei nº 8.666/1993, do Decreto nº 21.981/1932 e suas alterações e da IN DNRC N.º 113/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O objeto deste Termo é o credenciamento de profissional legalmente habilitado para prestação de serviços especializados de Leiloeiro com vistas à alienação de bens móveis inservíveis; e/ou de manutenção antieconômica; e/ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, e veículos de propriedade do Distrito Federal na modalidade Leilão, a serem organizados por esta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA QUARTA – Do Leilão

4.1. Fica estabelecida entre as partes que o leilão será realizado em data e local a ser definido pela Comissão Especial de Alienação, observado o prazo de vigência do presente termo.

4.2. Os bens a serem leiloados poderão ser vistoriados nos dias e horários a serem definidos pela

Comissão Especial de Alienação, em conjunto com a Diretoria de Patrimônio Imobiliário da Subsecretaria de Administração Geral da SEPLAG.

4.3. No caso de impossibilidade da realização do leilão na data definida pela Comissão Especial de Alienação fica aquela estabelecida no primeiro dia útil, subsequente, no mesmo local e horário.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações do COMITENTE

5.1. Constituem obrigações da COMITENTE:

5.1.1. Fiscalizar e coordenar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento.

5.1.2. Fazer constar, do edital do leilão, percentual de comissão devido ao LEILOEIRO CREDENCIADO, a ser pago pelo arrematante.

5.1.3. Observar sistema de rodízio entre leiloeiros oficiais, incluindo a possibilidade de o rol de credenciados ser modificado em função da admissão de novos profissionais.

5.1.4. Notificar por escrito ao LEILOEIRO CREDENCIADO, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços.

5.1.5. Autorizar a realização do leilão.

5.1.6. Fornecer a relação discriminada dos lotes e dos respectivos bens para elaboração do edital, avisos, catálogo e demais condições sobre o leilão.

5.1.7. Aprovar a matriz do edital elaborada pelo leiloeiro, observados os prazos legais para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

5.1.8. Estabelecer condições para arrematação.

5.1.9. Manter a vigilância adequada no local de exposição dos bens.

5.1.10. Designar empregados/servidores para acompanhar os interessados nas vistorias dos bens, prestando os esclarecimentos necessários.

5.1.11. Proceder às entregas dos bens aos compradores, após as vendas, somente quando da apresentação da 2ª via da liberação do livro talão, devidamente autenticada pelo LEILOEIRO CREDENCIADO, com o carimbo de liberação, fornecido pelo LEILOEIRO CREDENCIADO.

5.1.12. Supervisionar todas as fases do leilão; e

5.1.13. Ressarcir, ao LEILOEIRO CREDENCIADO, as despesas realizadas para a divulgação/ publicidade do evento, devidamente comprovadas. Valor que será deduzido do montante da arrematação, quando da prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações do LEILOEIRO CREDENCIADO

6.1. Constituem obrigações do LEILOEIRO CREDENCIADO:

6.1.1. Realizar os leilões, empenhando-se pessoalmente na obtenção do melhor preço possível para o bem leiloado.

6.1.2. Promover a mais ampla divulgação através de mala-direta e anúncios publicitários, em jornais e via internet, ou outros meios disponíveis, quando autorizados pela COMITENTE.

6.1.3. Submeter todas as despesas a serem realizadas com divulgação, como: publicação de avisos em jornais de circulação local; avisos promocionais; faixas; e etc., à aprovação da COMITENTE.

6.1.4. Apresentar Declaração expedida pela Junta Comercial acerca da aprovação do modelo de Nota Fiscal utilizada pelo LEILOEIRO CREDENCIADO.

6.1.5. Elaborar e enviar à COMITENTE a matriz do edital, observados os prazos legais para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

6.1.6. Publicar o aviso do leilão no Diário Oficial do Distrito Federal, nos prazos previstos na legislação vigente e fornecer exemplar à COMITENTE.

6.1.7. Elaborar e enviar à contratante para análise, a matriz do catálogo com as condições de venda, pormenorizando todos os lotes.

6.1.8. Reproduzir e distribuir catálogo oficial do leilão, às suas expensas, nas quantidades suficientes e necessárias.

6.1.9. Elaborar e publicar avisos do leilão na imprensa local, por no mínimo 03 (três) publicações e, se autorizada pela Comissão Especial de Alienação, em outra praça.

6.1.10. Confeccionar e fixar faixas de divulgação em locais estratégicos a serem definidos pela COMITENTE.

6.1.11. Organizar e administrar secretaria executiva, bem como providenciar a estrutura necessária à realização do evento, com fornecimento de cadeiras, mesas e sistema de sonorização, às suas expensas, nas quantidades e qualidades satisfatórias e suficientes.

6.1.12. Receber os valores dos lotes arrematados e autorizar a entrega dos bens vendidos.

6.1.13. Fornecer aos arrematantes vencedores os Autos de Arrematação e os recibos das comissões pagas.

6.1.14. Receber do arrematante de veículo que possua multa, o seu valor correspondente em espécie, impreterivelmente no ato da arrematação, e providenciar o devido pagamento no primeiro dia útil subsequente à realização do leilão.

6.1.15. Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes da execução dos serviços a serem contratados, objetos do presente projeto, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade da COMITENTE.

6.1.16. Entregar, ao final do Leilão, contra recibo, relação das importâncias recebidas, contendo nome do arrematante vencedor, bem a que se refere e valor.

6.1.17. Não utilizar o nome da COMITENTE, ou sua qualidade de contratado, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico.

6.1.18. Apresentar prestação de contas de vendas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a realização do leilão, devidamente formalizada para conferência e homologação.

6.1.19. Responder, perante a COMITENTE, pela perda ou extravio de fundos em dinheiro, existentes em seu poder, ainda que o dano provenha de caso fortuito ou de força maior.

6.1.20. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para o cumprimento do presente contrato, e responsabilizar-se, perante a COMITENTE, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.

6.1.21. Depositar o valor líquido apurado no leilão em conta corrente a ser definida pela COMITENTE, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após a aprovação da prestação de contas de vendas.

6.2. Compete, ainda, ao LEILOEIRO CREDENCIADO:

6.2.1. Vistoriar os bens já liberados para o Leilão.

6.2.2. Certificar o resultado da hasta pública e dos incidentes que nela possam ter ocorrido.

6.2.3. Exercer a atividade mediante a supervisão da COMITENTE.

6.2.4. Licitar todos os bens, vedada qualquer discriminação ou recusa.

6.2.5. Não transferir a terceiros as obrigações decorrentes deste Instrumento.

6.2.6. Realizar o ato no lugar designado pela COMITENTE, quando assim determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Preço dos Serviços e Do Crédito Orçamentário

Os encargos assumidos pelo LEILOEIRO CREDENCIADO serão realizados por ele sem qualquer ônus para a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA OITAVA – Da Remuneração

8.1. A remuneração do LEILOEIRO CREDENCIADO dar-se-á na forma preconizada no item 5 do Edital de Credenciamento, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

8.1.1 Os serviços serão remunerados por meio de:

8.1.1.1. Comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação de cada lote alienado, a ser pago pelo comprador no ato do leilão, não cabendo ao COMITENTE a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.

8.2. O LEILOEIRO CREDENCIADO, sempre que solicitado pelo COMITENTE, deverá demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLÁUSULA NONA – Do Pessoal Utilizado pelo LEILOEIRO CREDENCIADO

9.1. O pessoal utilizado pelo LEILOEIRO CREDENCIADO não terá nenhum vínculo empregatício com o COMITENTE, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com a remuneração, seguros de natureza trabalhista, vigentes e quaisquer outros que forem devidos referentes a serviços e empregados.

9.2. O eventual inadimplemento pelo LEILOEIRO CREDENCIADO dos encargos previstos nesta Cláusula ou na Cláusula Quarta, não transfere ao COMITENTE a responsabilidade pelo pagamento, e nem poderá onerar o objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da vigência e da Publicação

10.1. O presente Termo terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado para fins de conclusão do leilão designado.

10.2. O presente Termo será extinto quando concluídos o leilão referente ao processo nº 00410-00011585/2018-16.

10.3. A eficácia do presente Termo de Credenciamento fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Subsecretaria de Administração Geral da Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Penalidades

11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Instrumento, o LEILOEIRO CREDENCIADO sujeitar-se-á às seguintes sanções:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Multa a ser aplicada com base no Decreto Distrital nº 26.851/2006 (anexo VI do edital) e de suas alterações, conforme item.

11.1.2.1. O valor da multa a que se refere à alínea anterior será descontado dos pagamentos devidos ao LEILOEIRO CREDENCIADO, ou cobrado judicialmente.

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Suspensão e do Descredenciamento

12.1. O LEILOEIRO CREDENCIADO poderá a qualquer tempo solicitar formalmente ao COMITENTE o seu descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.2. Em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas neste Termo de Credenciamento, a COMITENTE poderá interromper temporariamente sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento do LEILOEIRO CREDENCIADO.

12.3. Constituem motivos para a suspensão temporária do CREDENCIAMENTO:

12.3.1. Agir comprovadamente com dolo ou culpa, causando prejuízos ao COMITENTE ou às partes.

12.3.2. Deixar de comunicar ao COMITENTE, alteração de dados cadastrais (razão social, telefone, mudança de endereço, etc.), no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Rescisão

13.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as Partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.2. O presente Instrumento poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93 e Decreto nº 21.981/32.

13.3. O presente Instrumento poderá ser rescindido pelas Partes, por inadimplência de quaisquer das obrigações convencionadas, mediante simples notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.4. A COMITENTE poderá unilateralmente rescindir o presente Instrumento, ocorrendo uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.4.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, Cláusulas e serviços contratados.

13.4.2. Paralisação na prestação dos serviços sem justa causa.

13.4.3. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Instrumento assim como das de seus superiores.

13.4.4. Razões de interesse público.

13.4.5. Lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade de conclusão do serviço nos prazos estipulados.

13.4.6. Atraso injustificado no início dos serviços.

13.4.7. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

13.4.8. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo.

13.4.9. Ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

13.5. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher

14.1 - Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

14.2 - É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da proibição de utilização de mão de obra infantil

É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-64499060 (Decreto nº 34.031/2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do Foro

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas ao presente Instrumento que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Das Disposições Finais

19.1. Declaram as Partes que este Instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre eles celebrado.

19.2. Na hipótese de existência nesta Corte de contrato em vigor contemplando a mesma parte e objeto similar ficará rescindido a partir da data de assinatura do presente instrumento.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/93 e do Decreto 21.981/1932.

Pelo **COMITENTE**:

RENATO JORGE BROWN RIBEIRO
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO

Leiloeiro Credenciado



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 04/10/2018, às 18:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Usuário Externo**, em 04/10/2018, às 19:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **13507678** código CRC= **97B753A9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

3313-8160